



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 39/XIV/ 1.ª SL

Aos 8 dias do mês de julho de 2020, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 34, 35e 36 /XIV/1.ªSL;
2. Apreciação e votação do parecer sobre o PJI n.º 443/XIV/1ª SL/PEV - Garante a assistência a banhistas em praias onde não existe concessionário - autora do parecer Deputada Lara Martinho (GP-PS);
3. Discussão dos Projetos de Resolução PJI n.º 524/XIV/1.ª SL/BE - Recomenda ao Governo a implementação de medidas de reforço da segurança e assistência a banhistas e PJI n.º 538/XIV/1SL/CDS-PP - Medidas de apoio à assistência a banhistas no âmbito da atual crise pandémica provocada pelo Covid 19;
4. Nova apreciação na generalidade e votação na especialidade indiciária dos seguintes diplomas:
 - Projeto de Lei n.º 27/XIV/1.ª (CDS-PP) - Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e procede à 7.ª alteração ao Decreto-lei n.º 503/99, de 20 de novembro e à 1.ª alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro;
 - Projeto de Lei n.º 57/XIV/1ª (PAN)– Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e alarga os direitos dos antigos combatentes, antigos militares e deficientes das forças armadas (procede à 7.ª alteração ao Decreto-lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à 1.ª alteração da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, à 1.ª alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro e à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro);
 - Projeto de Lei n.º 121/XIV/1.ª (PCP) - Aprova o Estatuto do Antigo Combatente.
 - Proposta de Lei n.º 3 /XIV/1.ª (GOV) - Aprova o Estatuto de Antigo Combatente
 - Projeto de Lei n.º 180/XIV/1.ª (BE) - Aprova o Estatuto do Antigo Combatente



Comissão de Defesa Nacional

- Projeto de Lei n.º 193/XIV/1.ª (PSD) - Aprova o Estatuto do Antigo Combatente

5. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Presidente da Comissão passou-se à apreciação e votação das atas n.ºs 34, 35 e 36 /XIV/1.ªSL, que foram aprovadas por unanimidade.

Seguidamente, a Senhora Deputada Lara Martinho apresentou parecer sobre o P JL n.º 443/XIV/1ª SL/PEV - Garante a assistência a banhistas em praias onde não existe concessionário, tendo os Senhores Deputados Ana Miguel dos Santos (PSD) e João Vasconcelos (BE) intervindo para cumprimentar a relatora e expressar a concordância formal com o parecer.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, estando o PAN ausente no momento da votação.

Passando ao ponto 3, o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) expôs, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 524/XIV/1, começando por indicar que a garantia de segurança nas praias é um motivo de grande preocupação para o Grupo Parlamentar do BE, que considera ser fundamental a tomada de medidas que evitem o risco de morte por afogamento em praias não concessionadas.

O Senhor Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 2240/XIII/4 (BE), salientando que o mesmo decorre da audiência com a Federação de Nadadores Salvadores (FEPONS) recentemente ocorrida. O Projeto de Resolução do CDS-PP sugere apoios excecionais aos concessionários das praias, e o reforço da vigilância pela Marinha, por exemplo, com drones.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) solicitou clarificação sobre o que acontece se ambos os Projetos forem aprovados em plenário. Considerou ambos os projetos generosos, questão importante em tempos de pandemia, indicando algumas reservas sobre algumas das matérias expostas no texto do CDS-PP, designadamente a recomendação ao Governo no sentido de legislar sobre matéria que cabem à competência legislativa da Assembleia da República.

A este respeito, o Presidente da Comissão, Deputado Marcos Perestrello (PS) indicou que, para aprovação e para configurarem uma recomendação ao Governo, os projetos necessitam de clarificação processual, tendo os dados estatísticos de ser clarificados.



Comissão de Defesa Nacional

O Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) interveio para solicitar a separação dos dados estatísticos sobre os incidentes nas zonas concessionadas e não concessionadas.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) congratulou ambos os grupos parlamentares que apresentaram os projetos, recordando que na legislatura passada houve um extenso debate sobre esta matéria. Do ponto de vista dos princípios gerais todos os grupos parlamentares estão de acordo, e a Comissão tem-se ocupado de facto destas matérias. Há diferentes medidas sobre assistência a banhistas consoante a classificação das águas balneares. Uma portaria do ministério da Defesa Nacional e do Ministério do Ambiente comete aos municípios, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 97/2018 a obrigação de, nas praias não vigiadas mas que sejam consideradas águas balneares (Por exemplo, por terem bandeira azul) a obrigação de prover nadadores salvadores mesmo que não haja concessionário. Na visita à Marinha realizada na véspera pela Comissão, o VALM Silva Pereira, Diretor Geral da Autoridade Marítima, informou do reforço dos meios feito desde o ano passado. Considerou, assi, que a Assembleia da República tem de ter confiança nas instituições que estudam os meios a colocar na situação que vivemos, e que o PS tem um princípio de confiança nos meios alocados pela Autoridade Marítima nacional, considerando que o Estado já esta a fazer o seu trabalho. Quanto às campanhas de sensibilização, recordou que as mesmas são feitas pelo Instituto de Socorros a Náufragos e pela Autoridade Marítima Nacional com uma base anual, decorrendo atualmente uma destas campanhas com o apoio da Agência Portuguesa do Ambiente para sensibilização do comportamento nas praias, tendo sido levadas a cabo várias campanhas de sensibilização, especialmente nas zonas costeiras, onde é mais tradicional a ida 'a banhos'.

A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD) referiu que para o PSD a segurança balnear é uma preocupação constante e uma prioridade. Indicou que o seu grupo Parlamentar tem acompanhado e é sensível à questão dos recursos, acompanhando o Grupo Parlamentar do PS nesta questão. Na vista do dia anterior à Marinha foi possível confirmar dados, referindo-se à aplicação da Marinha, desenvolvida com recursos próprios, conforme indicado pelo Diretor Geral da Autoridade Marítima, realçando que são as próprias entidades que estão a desenvolver recursos para resolver questões. Recordou que esteve presente na audiência da FEPONS, esclarecendo que as alterações à legislação mencionadas pelos ouvidos estiveram relacionadas com a



Comissão de Defesa Nacional

harmonização de legislação comunitária e mesmo com a profissionalização dos nadadores salvadores. Explicitou que o PSD pediu explicitação das medidas e normativos que os nadadores salvadores indicaram estarem desajustados à realidade portuguesa. Considera, por isso, ser necessário ajustar alguns dos pressupostos dos Projetos de Resolução, considerando que se devem ouvir as entidades para perceber se devem ser feitas mudanças e que mudanças.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) agradeceu, em nome do Grupo Parlamentar do BE os considerandos, defendendo que a prestação deste serviço por parte do Estado deve ser vista como prestação de serviço público e não como dependente da existência de concessionário, recordando a ocorrência de um trágico afogamento antes da abertura da época balnear que poderia ter sido evitado. Disse-se ciente de que o calendário parlamentar vai dificultar a aprovação de legislação, mas considera que a pandemia tornou esta questão mais urgente.

O Senhor Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) considerou que a energia para resolver esta questão tem de ser concentrada ainda na época balnear de 2020, já que considera que o reforço das competências das autarquias a que referiu o Deputado Diogo Leão (PS) só se aplicará em 2021, e será no ano em curso que as pessoas procurarão alternativas às praias vigiadas por causa da lotação. Considera, por isso, que a Assembleia da República deve pressionar o Governo a tomar mais medidas.

Passou-se, de seguida, ao quarto ponto da ordem do dia, tendo o Senhor Deputado Diogo Leão (PS) informado que, na sequência de conversas informais com os restantes Grupos Parlamentares, ofereceu-se para coligir um texto de substituição que possa constituir uma base de trabalho que possa facilitar a discussão. Este texto será entregue aos Grupos Parlamentares e aos serviços da Comissão até sexta-feira, dia 10 de julho, prevendo-se um prazo para apresentação de propostas de alteração e aditamento. A este respeito, o Presidente da Comissão clarificou a necessidade de esta sistematização estar pronta na reunião da semana seguinte, para que possa ser submetida a votação até ao final da Sessão Legislativa. Os Senhores Deputados António Filipe(PCP), Ana Miguel dos Santos (PSD), João Vasconcelos (BE) e João Gonçalves Pereira (CDS-PP) declararam acompanhar a proposta do Senhor Deputado Diogo Leão (PS), atenta a necessidade de garantir que o texto estará pronto para votação dia 23 de julho. A este respeito, o Senhor Presidente recordou a necessidade de conseguir o acordo do PAN ara este calendário.



Comissão de Defesa Nacional

Submetido à votação, o requerimento oral do Senhor Deputado Diogo Leão para apresentação de um texto de substituição aos Projetos de Lei e Proposta de Lei em análise sobre o Estatuto do Antigo Combatente foi aprovado por unanimidade, estando o PAN ausente no momento da votação.

O ponto outros assuntos foi usado pelo Presidente da Comissão para recordar a visita ao Exército, no Campo Militar de Santa Margarida, no dia 15 de julho às 09h30 da manhã.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 11:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de julho de 2020.

O Presidente da Comissão,

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Miguel dos Santos
António Filipe
Carlos Eduardo Reis
Cristina Jesus
Diogo Leão
Fernando Negrão
João Gonçalves Pereira
João Vasconcelos
Jorge Gomes
Lara Martinho
Manuel dos Santos Afonso
Marcos Perestrello
Olga Silvestre
Paulo Moniz
Raul Miguel Castro
Sérgio Marques
Romualda Fernandes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joaquim Barreto
José Luís Carneiro
Pedro Filipe Soares
Rui Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Sousa Real
Maria da Luz Rosinha
Pedro Roque